

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Extraordinária de 2 de dezembro de 2025

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS,
REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2025

-- Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Arruda dos Vinhos, no Edifício dos Paços do Município, teve lugar uma reunião extraordinária do executivo, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Carlos Manuel Jorge Alves, que declarou aberta a reunião eram quinze horas e cinco minutos, com a presença dos seguintes vereadores:-----

-- Daniel Alexandre de Carvalho Gonçalves (em substituição de Rute Miriam Soares dos Santos) -----

-- Paulo César da Silva Pinto-----

-- Joaquim Fernando Rodrigues Dinis -----

-- Carla Teresa Munhoz Pinheiro-----

-- Ana Sofia Saraiva Santa Marta -----

-- André Filipe Serreira Agostinho-----

-- Secretariou a reunião a Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, Anabela Alves Marques, coadjuvada pela Coordenadora Técnica Ana Isabel Amorim Mendes. -----

Ordem do Dia

PONTO N.º 1 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2026

-- Presente proposta do Presidente, datada de 26 de novembro -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

-- "Hoje vai-se falar de conjunto de pontos relevantes, como é o Relatório, as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos, as atividades mais relevantes, o Orçamento por capítulo, o Orçamento e Plano em termos de orçamentação plurianual, o Orçamento propriamente dito, o resumo das despesas por classificação económica, da despesa por classificação orgânica, resumo orçamental das GOP - Grandes Opções do Plano e o Orçamento por decomposição extraplano, -----

-- Começou por agradecer a quem merece, e por isso deu uma palavra de agradecimento à Divisão Financeira e de Recursos Humanos, na pessoa do chefe Bruno Anágua, "muito obrigado por todo este trabalho e empenho". -----

-- Deixou também um agradecimento a todos os que contribuíram para este documento final que, no fundo, foi agregador e tem uma visão não capilar, mas sistémica daquilo que são as necessidades do concelho e que tenta ser um ponto de encontro daquilo que são as necessidades, primeiro que tudo, da população, mas também daquilo que são os entendimentos, dentro do possível, dos partidos que compõem o espectro partidário e também daquilo que são as Juntas de Freguesia que também foram chamadas a discussão, ou seja, foram feitas reuniões com todas as entidades partidárias e com as Juntas de Freguesia, para se chegar a este documento final. -----

- - Há sempre a necessidade de haver uma frase motivacional que seja mais consensual, neste caso a frase é de Barack Obama - "O futuro recompensa àqueles continuam a avançar", e é essa a ideia, ou seja, avançar e caminhar juntos com um envolvimento que ponha sempre no centro as políticas públicas que se direccionam para o bem do concelho e da população. -----
- - Este é o primeiro Orçamento e GOP proposto pelo executivo municipal para o atual mandato autárquico. -----
- - É o maior Orçamento e GOP, desde sempre, com os macro números a aproximarem-se do valor de vinte e um vírgula nove milhões de euros. É um orçamento que apresenta uma vontade de ambição, de inovação e de ir mais além, como dizia a frase inicial. É um orçamento que embora não seja elástico, é fruto de um conjunto de opções, prioridades e majorações quer foram sendo encontradas no racional que é o supremo interesse da população. -----
- - É um orçamento que tem a capacidade de reforçar e valorizar os salários, reforçar as transferências para as juntas de freguesia, reforça as prestações sociais, reforçar o investimento municipal, tudo isso aliado ao pacote fiscal mais baixo de sempre. -----
- - Em relação às macro-rubricas, elas apresentam alguns aumentos significativos, tais como a segurança e ordem pública com um aumento de cento e setenta e cinco vírgula seis por cento, habitação, saneamento, águas RSU e ambiente com um aumento de vinte e oito vírgula três por cento, cultura, desporto, recreio e lazer com um aumento de oito vírgula dois por cento. -----
- - É um orçamento que alia um forte investimento público ao pacote fiscal mais "amigo" de sempre para as famílias e empresas do concelho, com um rumo e uma estratégia bem definidas, executando o Documento Estratégico Arruda2025, o PPIIRRC-23-25 e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações climáticas. -----
- - De seguida referiu quinze projetos em destaque (mas podiam ser muito mais): -----
- - Aumento do parque de habitação pública com quatro novas frações e projetos de execução para a escola de Alcobela; construção da rede de saneamento em baixa nas localidades de A-do-Mourão, Tesoureira, Vila Vedra e Camondes; projetos de execução das redes em baixa na zona antiga de Arruda dos Vinhos e Largo Humberto Delgado em Cardosas; construção de passeios e instalação semafórica de controlo de velocidade nas Corredouras; intervenções em todos os Centros Escolares; estudo de tráfego no Nó do Cabeço da Rosa; construção da seção descentralizada dos Bombeiros em Nossa Senhora da Ajuda; reforço das verbas para intervenções nos espaços verdes, nomeadamente nas urbanizações da Vila de Arruda; reforço das verbas e meios para a higiene urbana e recolha de monos, monstros e verdes; reforço de verbas na área da segurança rodoviária (reforço nas marcações rodoviárias e da sinalização vertical, bem como a instalação de almofadas redutoras de velocidade); intervenções ainda sobre as intempéries de dois mil e vinte e dois, nomeadamente na nova ponte nos

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Extraordinária de 2 de dezembro de 2025

Quatro Caminhos; requalificação e reconstrução do talude no Rossio das Cardosas; operação de reposição de legalidade urbanística no Palmeiro ("AUGI").-----

- - Em relação às componentes do orçamento referiu que as receitas correntes são de dezassete milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezasseis euros, e as despesas correntes de quinze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros. No que diz respeito à receita de capital com o valor de dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e oito euros e a despesa de capital de cinco milhões, quinhentos e dezassete mil, quinhentos e quarenta e sete euros. Em relação à receita não efetiva há um valor de dois milhões e quatro euros, e a despesa não efetiva de setecentos e treze mil e dois euros. Com estes valores temos uma receita e uma despesa no valor de vinte e um milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e oito euros. -----

- - Em relação às GOP - Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis, há a perspetiva de melhoria contínua dos níveis de resposta às necessidades básicas da população; continuidade da intervenção ao nível da ação social e saúde; continuidade de esforços na contenção e racionalização de recursos, designadamente, pela modernização administrativa e aproximação do Município ao cidadão; razoabilidade dos níveis de endividamento municipal; cumprimento da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, bem como, a necessidade de reforço de saldos de fundos disponíveis; pautar pelo rigor e consolidação orçamental, tenho por meta um grau de execução orçamental superior a oitenta e cinco por cento. -----

- - Fazendo uma comparação face a dois mil e vinte e cinco, pode-se verificar que houve um aumento das receitas correntes no valor de dois milhões duzentos e cinquenta e oito mil, houve uma redução e um ajustamento ao nível da despesa de mais um milhão e oitocentos e sete mil euros, ou seja, mais nove por cento. -----

- - Fazendo uma análise comparativa com o orçamento de dois mil e vinte cinco, no que diz respeito à receita vê-se que o total das receitas correntes em dois mil e vinte e cinco era de quinze milhões oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito euros, e em dois mil e vinte seis, tem um valor de dezassete milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezasseis euros, ou seja, mais quinze por cento.-----

- - Em relação ao total das receitas de capital em dois mil e vinte e cinco o valor era de dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete euros, para dois mil e vinte e seis existe uma verba de dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e oito euros, ou seja, mais seis por cento.-----

- - No que diz respeito ao total das receitas não efetivas, em dois e vinte e cinco era de dois milhões, seiscentos mil e quatro euros e em dois mil e vinte seis de dois milhões e quatro euros, ou seja, mais cem por cento.-----

- - No total das receitas em dois mil e vinte e cinco a verba era de vinte milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e para dois mil e vinte e seis vinte e um milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e oito euros, ou seja, mais nove por cento. -----
- - Assim, as GOP e o Orçamento para dois mil e vinte e seis pautam-se pelo rigoroso apuramento da receita, de acordo com a lei (execução dos últimos vinte e quatro meses), com um aumento da receita corrente em quinze por cento, devido, nomeadamente, ao aumento da cobrança de impostos, taxas e venda de bens e serviços; a um aumento das transferências correntes do Orçamento de Estado e transferência de competências (processo de descentralização). Em relação ao aumento da receita de capital em seis por cento e redução da receita não efetiva (empréstimos) tem a ver com o ligeiro aumento das transferências de capital prevista no Orçamento de Estado; com a previsão de montantes de co-financiamento aprovados (IHRU, DEDER e Contratos-Programa); a consideração do valor do empréstimo de médio-longo prazo contratado em dois mil e vinte e três, até ao limite máximo por utilizar de dois milhões de euros. -----
- - Fazendo uma análise comparativa com o orçamento de dois mil e vinte e cinco, no que diz respeito à despesa, verifica-se que o total das despesas correntes em dois mil e vinte e cinco era de quinze milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e três euros e em dois mil e vinte e seis de quinze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros, ou seja, mais quatro vírgula quatro por cento. -----
- - No que diz respeito ao total das despesas de capital em dois mil e vinte e cinco eram de quatro milhões, quinhentos e vinte mil, oitenta e seis euros e em dois mil e vinte e seis de cinco milhões, quinhentos e dezassete mil, quinhentos e quarenta e sete euros, ou seja, mais vinte e dois vírgula um por cento. -----
- - Em relação ao total das despesas não efetivas, em dois mil e vinte e cinco eram de quinhentos e setenta mil euros e em dois mil e vinte e seis de setecentos e treze mil e dois euros, ou seja, mais vinte e cinco vírgula um por cento. -----
- - No total das despesas em dois mil e vinte e cinco a verba era de vinte milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e para dois mil e vinte e seis vinte e um milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e oito euros, ou seja, mais nove por cento. -----
- - Assim, o aumento da despesa corrente em quatro vírgula quatro por cento, é devido a um aumento das despesas com pessoal (aumento da base remuneratória, aumento do número de trabalhadores e subsídio de penosidade/insalubridade); acréscimo das despesas com aquisição de bens e serviços (conservação e reparação, trabalhos especializados, etc) e com juros; acréscimo das despesas relacionadas com o processo de transferência de competências nas áreas de saúde e ação social; acréscimo com transferências (acima do valor estimado da inflação) e com o aumento das transferências para as juntas de freguesia; aumento das transferências para as famílias; aumento das

transferências para instituições (AHBVAV mais quatro vírgula dois por cento); aumento das transferências para entidades sem fins lucrativos (descarbonização das frotas).-----

- - As despesas de capital têm um aumento de vinte e dois vírgula um devido a atrasos na execução de alguns projetos, especialmente com recurso a contratos-programa (Intempéries dois mil e vinte e dois), elaboração de projetos e obtenção de pareceres junto da APA - Agência Portuguesa do Ambiente e PRR para a habitação; opção de recorrer a financiamento bancário, com recurso ao empréstimo de longo prazo, celebrado no final de dois mil e vinte e três.-----

- - O aumento da despesa não efetiva em vinte e cinco vírgula um por cento, refere-se a amortizações de capital de empréstimos.-----

- - Esta foi a apresentação que fez sobre os documentos previsionais para dois mil e vinte e seis. É um orçamento equilibrado, que investe no futuro e que protege o presente.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOAQUIM DINIS -----

- - Em relação ao empréstimo, referiu que em dois mil e vinte e cinco houve, em orçamento, uma cotação de dois vírgula seis milhões, em dois mil e vinte e seis está previsto dois milhões, como volta a aparecer essa rubrica, questiona se é o mesmo empréstimo ou se é o mesmo empréstimo que foi utilizada em seiscentos mil euros. -----

- - Em relação à ETAR, referiu que é um projeto que já tem vindo em outros orçamentos anteriores, e uma vez que tem havido algum avançar no tempo, questionou se há algum cronograma em relação à restante obra. Gostaria de saber se há licença ou algum tipo de contratos que tenha havido referente a algum tipo de penalização por algum eventual atraso. -----

INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANA SOFIA MARTA -----

- - Referiu que tem algumas dúvidas no que diz respeito aos cortes na educação, saúde, bem-estar e ação social. Questionou como é que são compensadas as necessidades sociais, tendo em consideração que se encontra em execução a Carta Educativa e prevê-se que, no próximo ano, a execução do Plano Municipal para a Integração de Migrantes. -----

- - Relativamente às medidas sociais no Plano Municipal de Integração de Migrantes, referiu que é apresentado o valor de dez mil euros para aquisição de serviços, questionou que serviços são. Lembrou que na reunião de Câmara de dez de novembro de dois mil e vinte e cinco, alertaram para o facto de que o documento não explicita as fontes de financiamento, os recursos humanos nem os materiais disponíveis. É apresentado dez mil euros para aquisição de serviços, sendo que quatro mil euros são de apoio a associações, questionou que associações é que se está a falar. A aquisição de bens alimentares também tem um valor de seis mil euros, a que se refere. Gostaria de saber em que medida será atribuído este apoio no âmbito municipal da integração de migrantes. -----

- - Ainda em relação à ação social, referiu que tem algumas dúvidas sobre a quantidade e a execução de alguns projetos, como por exemplo, o projeto de Isso-Saúde que tem conhecimento que já não

funciona, em relação ao projeto de Garantia para a Infância gostaria de saber qual é o que o impacto que tem tido, o projeto Saúde sem Idade também gostaria de saber qual é que a sua abrangência, o projeto Consigo - Avaliar Incluir qual a abrangência, o projeto de Terapeuta da Fala que é um apoio dado à Santa Casa Misericórdia que está avaliado em dez mil euros, gostaria de saber quantas pessoas é que abrange. -----

- - Relativamente à Estratégia Municipal de Saúde gostaria de saber a que se refere os cinco mil euros.

INTERVENÇÃO DO VEREADOR DANIEL GONÇALVES -----

- - Em relação à rubrica da habitação pública, gostaria de saber se é possível fazer um ponto de situação sobre as construções que estão previstas decorrer na freguesia de Arranhó. -----

- - Em relação às empreitadas de execução do prédio de habitação na Rua Francisco Jerónimo e na rua Vasco Lourenço, ambos em Arranhó, questionou se existe algum cronograma geral de execução. --

- - Em relação à empreitada de adaptação da Escola de Alcobela em habitação temporária, referiu que o valor que está indicado está como financiamento não definido. Questionou se é uma empreitada que é mesmo para avançar ou está-se perante uma rubrica que se coloca só para se dizer que se está a acompanhar o manifesto eleitoral. -----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOAQUIM DINIS -----

- - Em relação ao Mercadinho Municipal, referiu que há uma verba para construção civil, uma vez que foi inaugurado e concluído este ano, gostaria de saber a que se refere essa verba, para aquisição de equipamentos há uma verba de setenta e sete mil euros, limpeza higiene cinquenta e cinco mil euros, vigilância e segurança cinquenta mil euros, gostaria de saber se na renda que os comerciantes pagam já está contemplado este tipo de serviços. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Em relação à questão do empréstimo referiu que é o remanescente que ainda não foi usado. -----

- - Relativamente à questão da ETAR, referiu que existem duas questões, porque existe a ETAR - Fábrica da Água que é uma obra das Águas do Tejo Atlântico, portanto, é uma obra que não tem financiamento porque é um projeto das águas do Tejo Atlântico, o que o que está previsto em termos de orçamento é a construção de uma fossa biológica coletiva em Camondes. -----

- - Em relação à questão da habitação pública, referiu que o que está previsto, tal falou na sua introdução inicial. é em Cardosas e Arruda, ou seja, em Arruda no antigo edificio da Junta Autónoma de Estradas, e depois Cardosas numa fase seguinte. Para Arranhó o que está previsto é para dois mil e vinte e sete. -----

- - Não havia a possibilidade de, financeiramente, fazer todos os projetos e, além disso, nem todos os projetos têm a mesma maturidade, os que têm um maior índice de maturidade serão os primeiros a fazer e a ordem é Arruda, Cardosas e a seguir Arranhó. -----

- - Em relação à questão da Escola de Alcobela, referiu que não é politiquice, a questão é que tem que se ter uma ordem de prioridade aos projetos e, financeiramente, não se conseguiu dotar de verba, mesmo sendo este o maior orçamento de sempre, no entanto, se se tiver em consideração, só aquilo que são as despesas correntes, há uma "fatia de Leão" que fica logo cativa, se se pensar naquilo que são projetos que transitam deste mandato para o próximo, verba que fica blindada e que já está a completamente alocada para essa finalidade, mas esta é a parte difícil da política autárquica que é avançar com uns projeto e colocar outros em pausa. A rubrica está como não definida, mas isso não significa que não é para avançar.-----

- - Esta é uma das razões do porquê de virem alterações orçamentais às reuniões de câmara, ou seja, é precisamente para resolver estas questões. Vai-se fazer um projeto de execução para avançar com a obra, mas também é um projeto que ainda não tem a mesma maturidade que os outros, por isso terá que ficar para uma segunda fase, quando tiver essa maturidade, haverá uma alteração orçamental para se avançar com o projeto.-----

- - Referiu que ainda há uma questão, que não tinha referido na sua intervenção inicial, que é a transferência de saldos do ano anterior, o que dá alguma almofada financeira, e algumas das rubricas que estão como não definidas eram ser reforçadas com essas verbas que transitam. -----

- - Em relação à questão do Mercadinho, referiu que as rubricas são de manutenção constante, tais como as questões de limpeza e segurança, e são aquilo que são as despesas correntes de uma infraestrutura que requer manutenção diária e constante de limpeza e de segurança. -----

- - Em relação à questão da construção civil, referiu que é uma intervenção no tardoz e algumas situações que, eventualmente, podem ser equacionadas de afinação relativamente aquilo que são as necessidades dos comerciantes que, entretanto estão lá, tendo dado o exemplo da escada do tardoz que do ponto de vista de pessoas com mobilidade reduzida que apresentava algumas dificuldades.-----

- - Acrescentou que a renda que os comerciantes pagam, contemplam todas estas situações.-----

INTERVENÇÃO DA VEREADORA CARLA MUNHOZ-----

- - No que diz respeito aos cortes na educação, saúde e ação social acha que tem que se olhar para este documento estratégico não como um plano de cortes, mas a reafectação de verbas, porque como tem o habito de dizer, "tudo é saúde", ou seja, habitação é saúde, saneamento é saúde, água é saúde, por isso não se pode olhar de uma forma isolada e circunscrita a uma determinada rubrica e chamá-la de corte, mas sim, reafectação de verbas. -----

- - Quanto ao Plano Municipal de Integração Migrantes, referiu que ele já foi amplamente discutido em reunião de câmara, aceite e aprovado por todos. As fontes de financiamento estão bem descritas. Revisitando a tal página trinta e seis, que é onde tem esses indicadores, mas também onde se vai buscar o financiamento que está espelhado para cada meta de acordo com os seus objetivos, ou seja, existem metas de nível um e de nível dois, sendo que as de nível um são da competência do município

Uln
Asser

e dos parceiros que estão comprometidos com a operacionalização do Plano Municipal para Integração de Migrantes, no nível dois estão definidas as metas e objetivos que são trabalhados ao nível da Comunidade Intermunicipal do Oeste, portanto, as fontes de financiamento são este financiamento direto e indireto pelos parceiros para corresponder às medidas nível um e pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, eventualmente, recorrendo ao PPR - Plano de Recuperação e Resiliência para as financiar. Assim, salvo melhor opinião, elas estão espelhadas no Plano Municipal de Integração de Migrantes. -----

- - Depois quando é referido uma transferência de uma determinada verba para uma associações tem a ver, por exemplo, se se olhar para as medidas que são da competência do município, e mais uma vez, reforça as fontes de financiamento espelhadas, por exemplo, está a decorrer o "Português - língua de acolhimento" e ao realizar essa atividade em articulação com o Instituto de formação Profissional de Alverca têm se estado a usar um espaço que é de uma associação, estando-se assim a envolver o movimento associativo e para tal esse valor é pela utilização do espaço, mas também com a água e luz, que a própria associação tem que assegurar para garantir as aulas.-----

- - Os bens alimentares são rubricas referentes, por exemplo, a iniciativas no âmbito da Magia do Natal, onde se faz sempre um lanche de confraternização envolvendo diferentes comunidades presentes no concelho. -----

- - Em relação ao projeto Isso-Saúde sobre não estar a funcionar, fez um apelo, ou seja, não se pode olhar para aquele guia de medidas sociais e, das cinquenta e três medidas que estão espelhadas, olhá-las de uma forma isolada, porque elas complementam-se umas às outras, talvez não funcionem da forma como funcionavam, mas foi reorganizado no sentido de dar uma real resposta à necessidade na comunidade e tem a ver com as rubricas que lhe são associados, o projeto Isso-Saúde saía na unidade móvel de saúde com um médico que era voluntário, mas neste momento, quem conhece a realidade do concelho sabe que se está reorganizado em termos de cuidados de saúde primários, e muito bem, com equipas de Saúde Familiar atribuídas a cada munícipe, e isso faz com que este projeto tenha sido reorganizado, mas não faz sentido encerrar o projeto e dizer que ele não funciona porque em qualquer momento, ele pode vir a funcionar tendo em conta o crescimento da população e eventualmente, precisar-se de recorrer a ele nos mesmos moldes que existiam no passado, no entanto, ele encontrou um espaço na comunidade para dar resposta às reais necessidades da população. -----

- - Em relação ao projeto Sem Idade, referiu que este projeto está alocado à intervenção da Unidade Móvel de Saúde e tem a ver com a população que frequenta os centros seniores quer de Cardosas quer de Arruda dos Vinhos. Assim, a abrangência é toda a população que frequenta os Centros Sêniores de Arruda e Cardosas. -----

- - O projeto da Terapia da Fala é um projeto para dar resposta a uma lacuna inexistente em termos de respostas locais para a terapia da fala. Essa necessidade foi manifestada em articulação com o Agrupamento de Escolas e com a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e, nesse sentido, está-se a diligenciar formas de encontrar um projeto na comunidade que dê resposta a esta lacuna, nomeadamente, pelos parceiros no Conselho Local de Ação Social. -----

- - Só para dizer que este projeto vem em linha de conta com um outro projeto, no âmbito da saúde para dar resposta a tratamentos de fisioterapia na comunidade que, neste momento está suspenso pela própria Unidade de Cuidados na Comunidade porque existe uma enfermeira com especialidade em reabilitação e, por isso, está a dar resposta às necessidades que eram suportadas pelo município. -

- - O projeto Consigo é um projeto associado a Unidade Móvel de Saúde, é um projeto que tem a ver com a vulnerabilidade e o isolamento das pessoas idosas no concelho. Ele começou por ter enfoque em Arranhó, porque em Arranhó havia a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e, tendo em conta a dinâmica de trabalho no âmbito dos cuidados de saúde primários preconizados pela unidade de cuidados personalizados é diferente da unidade de Saúde Familiar, por isso, houve a preocupação de se começar pela freguesia de Arranhó com a população com idade ou igual superior a setenta e cinco. -----

- - Em relação à Estratégia Municipal de Saúde, o valor que está afeto é um valor para abrir rubrica, isto porque está preconizado com a Comunidade Intermunicipal do Oeste que, em conjunto com o município, está a elaborar esta estratégia municipal de saúde, prevê-se que, no início do ano seja concluída como uma estratégia supramunicipal. -----

INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE -----

- - Referiu que o tema já foi falado pelo Senhor Presidente na sua apresentação, mas não é de mais dar um bocadinho de ênfase, nomeadamente às áreas que acompanha mais de perto, dando sequência ao manifesto eleitoral que foi sufragado, de um reforço significativo em termos de investimento na expansão da rede DAR - Drenagem de Águas Residuais em baixa de A-do-Mourão, da Tesoureira, Vila Vedra e Camondes com a colocação da ETAR biológica, o projeto de execução para as infraestruturas de subsolo na zona antiga da vila de Arruda, que é também absolutamente decisivo, simultaneamente um reforço de uma renovação das condutas de rede pública de abastecimento de água com a precursão de um caminho que se tem vindo a fazer para diminuir as perdas de água na rede de abastecimento público, com a construção de um novo reservatório na zona da Quinta da Serra para aumentar a capacidade pulmão, reforço das verbas para a higiene urbana, porque o executivo soube ouvir e ouviram atentamente, como o Presidente disse e muito bem, o executivo teve a humildade suficiente para perceber que se tinha que ir mais além com o reforço das verbas para a manutenção e conservação de espaços verdes, deservações, manutenção e limpeza de canteiros e espaços ajardinados também numa perspetiva reconstrutiva. -----

- - Depois uma questão que não é de somenos importância, que é um grande esforço financeiro com duas superestruturas, isto é, a aquisição de um limpa-fossas e uma nova viatura de recolha de RSU, que é muito significativo em termos de esforço financeiro, para substituir equipamentos operacionais que estão a ficar obsoletos, aliás, na senda do que se tem vindo fazer desde dois mil e treze e que, anteriormente, na verdade, não era muito levado em consideração. Há um investimento significativo nestas áreas.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - Só uma nota final sobre a intervenção da Vereadora Ana Marta, relativamente àquilo que aparentemente pode ser considerado um desinvestimento, a Vereadora Carla Munhoz já deu um bocadinho essa tónica, mas às vezes com números as coisas tornam-se mais fáceis de compreender. -

- - Começando pela educação, o que se está a falar em termos de verba para dois mil e vinte e seis é de um milhão e oitenta euros e essa variação, em relação a dois mil e vinte e cinco, era um vírgula dois milhões, por isso considera que não se está a falar num desinvestimento, esta variação muito ligeira é facilmente explicada com aquilo que foram obras entretanto finalizadas, portanto, a diferença é passar-se de um vírgula dois milhões para um milhão e oitenta mil euros, tendo dado o exemplo da aquisição das unidades contentorizadas do Casal do Telheiro, mas que entretanto essa necessidade ficou suprida, portanto, há um ajuste e não um desinvestimento. -----

- - O mesmo se aplica à saúde, em que se está a falar de passar de um milhão para oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e dez euros, esta diferença também tem a ver com algumas obras finalizadas tendo dado o exemplo da intervenção ao nível dos vãos em Arranhó. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do Juntos por Arruda, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter os documentos previsionais a vigorar em 2026, a seguir discriminados e que desta são parte integrante como anexo, à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma:-----

- - 1. Relatório -----
- - 2. Grandes Opções do Plano (GOP) -----
- - 3. Plano Plurianual de Investimentos (PPI) -----
- - 4. Atividades Mais Relevantes (AMR) -----
- - 5. Resumo do Orçamento -----
- - 6. Resumo do Orçamento por capítulo -----
- - 7. Orçamento e plano orçamental plurianual -----
- - 8. Orçamento completo -----
- - 9. Orçamento completo (com anos seguintes) -----
- - 10. Resumo da despesa por classificação económica -----

- - 11. Resumo da despesa por classificação orgânica -----
- - 12. Resumo orçamental das GOP -----
- - 13. Orçamento (decomposição extra-plano) -----
- Declaração de voto do Juntos Por Arruda**-----
- - "Senhor Presidente, Senhores Vereadores,-----
- - No ano em que se assinala o 67.º aniversário da morte de Irene Lisboa, figura maior da literatura e da pedagogia portuguesa, o Município de Arruda dos Vinhos apresenta o Orçamento para 2026. A coincidência temporal não deixa de ser simbólica: Irene Lisboa, com a sua lucidez crítica e a sua atenção ao quotidiano, deixou-nos uma expressão que parece escrita para estes tempos — “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”.-----
- - É precisamente essa a sensação que permanece após analisar o documento orçamental. Entre promessas vagas, rubricas que se repetem sem execução efetiva, e prioridades que continuam por esclarecer, o orçamento de 2026 transmite mais intenções do que rumo, mais enunciados do que estratégias, mais enfeite do que substância. -----
- - Falta-lhe a coragem de nomear problemas, a ousadia de inovar e a clareza de mostrar onde, como e para quê se investe o dinheiro público. E quando a política se limita ao enunciado, o resultado traduz-se muito bem naquela fórmula de Irene Lisboa: contas apresentadas com as mãos cheias, mas de um conteúdo que, ao ser apertado, se revela vazio. -----
- - Que o exemplo da escritora arrudense — rigorosa na linguagem, atenta às pessoas, comprometida com o real — inspire o município a reavaliar prioridades, a assumir escolhas claras e a transformar números em políticas concretas. No 67.º ano da sua partida, Irene Lisboa continua a oferecer-nos mais do que memórias: oferece-nos um critério. E perante este orçamento, ele é difícil de ignorar. -----
- - A coligação Juntos por Arruda não está aqui para aplaudir apresentações coloridas ou narrativas de autopromoção. Estamos aqui para defender Arruda com verdade, responsabilidade e rigor — e rigor é exatamente o que falta neste orçamento. -----
- - O Executivo apresenta um documento politicamente bonito, mas tecnicamente insuficiente.-----
- - É um orçamento que se apoia mais em anúncios, alguns repetem-se desde 2025, do que em execução; mais em fé do que em factos. -----
- - Promete obras sem garantir execução.-----
- - Reduz impostos sem garantir sustentabilidade.-----
- - Aumenta despesa permanente como se as contas públicas fossem elásticas. -----
- - Ambição é positiva — mas este orçamento confunde ambição com imprudência.-----
- - E quando os riscos são escondidos atrás de frases feitas, a oposição tem a obrigação moral de levantar a voz. Hoje, levantamo-la. -----
- - E já que falamos em frases feitas... -----

- - No documento, o Executivo gaba-se de que "em 2013 o IRS era 5% e agora é 3,65%, mostrando uma trajetória consistente de alívio fiscal".-----
- - E já agora digamos as coisas como elas são:-----
- - Usar 2013 como bandeira é coisa do passado e o passado pertence aos museus. O que interessa é 2026.-----
- - Este orçamento é um exercício de fé.-----
- - Fé de que tudo correrá bem.-----
- - Fé de que o Estado transferirá o que aqui se assume.-----
- - Fé de que as obras não derraparão.-----
- - Fé de que a dívida não explodirá.-----
- - Fé de que as pessoas não verão os cortes onde eles existem.-----
- - A Câmara governa por fé; nós fiscalizamos com factos.-----
- - E os factos são claros:-----
- - A despesa permanente cresce sem justificação suficiente;-----
- - A dívida aumenta sem um plano sólido;-----
- - A execução do PPI continua opaca;-----
- - A política fiscal é usada como marketing, não como estratégia;-----
- - E as áreas sociais perdem força num ano que deveria reforçá-las.-----
- - Arruda merece melhor do que fé — merece responsabilidade.-----
- - A nossa visão é clara: investir, sim — mas com rigor;-----
- - Aliviar fiscalmente, sim — mas sem fantasia;-----
- - Contratar pessoal, sim — mas com critério;-----
- - Recorrer a financiamento, sim — mas nunca de olhos fechados.-----
- - O executivo PS fala em transparência mas usa o orçamento para reforçar sobretudo a máquina interna, não os instrumentos de fiscalização pública. Faltam medidas concretas para fixar jovens e atrair profissionais estratégicos para o nosso município, mudar as regras para facilitar a vida a quem quer empreender em Arruda.-----
- - Por tudo isto, a coligação Juntos por Arruda vota ABSTENÇÃO.-----
- - Não validamos este orçamento — mas também não bloqueamos os investimentos que reconhecemos como necessários.-----
- - Abstemo-nos porque o documento tem riscos mal-assumidos e opções discutíveis.
- - E abstemo-nos porque ainda acreditamos que, com a inclusão das nossas propostas, atempadamente apresentadas ao Executivo poderia corrigir o rumo.-----

- - Porque Arruda merece investimento, mas também merece verdade e responsabilidade. Se não o fizer, cá estaremos para exigir responsabilidades — com toda a firmeza que este orçamento exige.”-----

Declaração de voto da Partido Socialista-----

- - “A posição do PS é favorável, é de compromisso e de empenho face a um projeto que é para avançar e rumar ao futuro, é um Orçamento e GOP que vai o mais longe possível, e sublinho precisamente isso, este é o maior orçamento de sempre do nosso concelho.”-----

- - Este é um compromisso, em termos de pacote fiscal, o mais aliciente e mais atrativo para as famílias e para as suas empresas. -----

- - É um orçamento realista e de ambição, apesar de tudo, porque somos de contas certas, conscientes das dificuldades, não dos lirismos, não do irrealismo, é corajoso nos compromissos como é o caso do saneamento, a habitação e em áreas que para nós são estratégicas. -----

- - É um orçamento transparente com foco na inovação, no crescimento e na responsabilidade fiscal,---

- - Não é como começa é como termina e, a verdade é que a ambição que está plasmada neste orçamento, ilustra precisamente esse compromisso com o concelho, nomeadamente em relação às verbas que apresenta, nas prioridades e nas majorações que são uma visão estratégica para aquilo que entendemos fundamental para o nosso concelho, tendo em consideração aquilo que é a maturidade dos projetos, a capacidade de execução e esse rigor financeiro. -----

- - É um orçamento que não vê o Concelho de uma forma capilar, mas sistémica e com coesão, uma descentralização que aposta nas juntas de freguesia, que aposta no associativismo, que aposta na educação, na saúde, mas também na rede viária, na segurança rodoviária e tudo isso está identificado neste orçamento que, repito, é o maior de sempre e que não vive do passado até porque é, repito, o maior de sempre.”-----

PONTO N.º 2 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LCPA-----

- - Presente proposta do Presidente, datada de 24 de novembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - O Presidente da Câmara Fez uma breve explicação sobre o ponto.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, submeter a autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA, à Assembleia Municipal, relativamente ao Presidente da Câmara:-----

- - 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: -----

- - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e/ou no Orçamento Municipal; -----
- - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----
- - 2 - A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----
- - 3 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

PONTO N.º 3 - PACOTE FISCAL PARA 2026 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM -----

- - Presente proposta do Presidente, datada de 25 de novembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Presidente da Câmara Fez uma breve explicação sobre o ponto. -----
- - Foi deliberado, por unanimidade: -----
- - 1 - Aprovar para o ano de 2026, o pacote fiscal municipal nos seguintes termos: -----
- - 1.1. Nos termos do CIMI a fixação em 2025 da taxa de 0,360% para prédios urbanos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI. -----
- - 1.2. Assumindo que, por força das medidas previstas nos últimos Orçamentos de Estado, já existe uma isenção automática que beneficia os agregados com maiores dificuldades económicas, aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI, que sejam fixadas as seguintes taxas de redução da taxa de IMI: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em euros)
1	30
2	70
3 ou mais	140

- - 1.3. A aplicação do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, que eleva as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos dos prédios em ruínas; e, adicionalmente, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, estabelecer um agravamento fiscal, mediante a majoração de 30% da taxa de IMI, a aplicar

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Extraordinária de 2 de dezembro de 2025

sobre os prédios degradados situados dentro das Áreas de Reabilitação Urbana em vigor no Concelho de Arruda dos Vinhos; -----

-- 1.4. Aprovar a derrama a fixar no exercício de 2025, fixando as seguintes percentagens: -----

- - a) 1,4% para sujeitos passivos cujo volume de negócios do ano anterior seja superior a €150.000,00; -----

- - b) Isenção para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior seja igual ou inferior a €150.000,00. -----

- - 1.5. Aprovar ainda a isenção do pagamento de derrama pelo período de três anos, para as empresas que se fixem e estabeleçam a sua sede no concelho em 2026, desde que criem e mantenham pelo menos três postos de trabalho. -----

-- 1.6. Aprovar a participação de 3,65% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial do Município; -----

-- 1.7. Aprovar a não fixação da TMDP, aliviando os munícipes desta obrigação; -----

- - 2. A presente proposta seja submetida a deliberação da assembleia municipal, nos termos das alíneas b), c) e d), todas do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

- - 3. Se comunique à Autoridade Tributária, através dos meios eletrónicos disponíveis para o efeito, a decisão da assembleia municipal relativa: -----

-- 3.1. Ao IMI, até 31 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 14 do artigo 112.º do CIMI; -----

-- 3.2. À derrama, até 31 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 17 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; -----

-- 3.2. Ao IRS, até 31 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

- - 4. Se comunique à ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, a decisão da assembleia municipal relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

Declaração de voto - Juntos por Arruda -----

-- "O Juntos Por Arruda reconhece que o Pacote Fiscal para 2026 traduz um conjunto de medidas que beneficiam diretamente as famílias e as empresas de Arruda dos Vinhos, através da redução de impostos municipais e do consequente aumento do rendimento disponível. Sendo esta uma prioridade que sempre valorizámos, o apoio às famílias, às empresas locais e ao dinamismo económico do concelho, não podemos deixar de votar favoravelmente esta proposta. Contudo, consideramos igualmente importante registar algumas preocupações, num espírito de oposição construtiva e responsável: -----

-- A análise do documento mostra que, para 2026, existe uma ligeira redução da receita fiscal prevista, estimada em mais de 1,2 milhões de euros, nomeadamente devido: -----

-- à redução da taxa de IMI, -----

- - à redução da participação no IRS, -----
 - - e à diminuição da taxa de derrama. -----
 - - Embora reconheçamos que estas medidas têm impacto positivo nas famílias e empresas, é fundamental assegurar que a redução de receita não compromete a capacidade financeira do Município, especialmente num contexto em que o orçamento municipal cresceu cerca de 2 milhões de euros face ao ano anterior. -----
 - - Entendemos que qualquer política de alívio fiscal deve ser acompanhada de: -----
 - - uma análise rigorosa da sua sustentabilidade no médio prazo; -----
 - - uma avaliação permanente do equilíbrio entre a perda de receita e a capacidade de manter investimentos estruturantes, apoios sociais e políticas municipais de desenvolvimento; -----
 - - garantias de que este desagravamento fiscal não será compensado no futuro com aumento de taxas, cortes em serviços ou redução do investimento. -----
 - - Consideramos ainda que, é essencial que, ao longo do próximo ano, o Executivo apresente: -----
 - - informação periódica sobre a execução orçamental, -----
 - - avaliação do impacto real das reduções fiscais nas famílias e no tecido empresarial, -----
 - - e o seu reflexo na saúde financeira do Município. -----
 - - Só com esta monitorização contínua é possível garantir que estes benefícios diretos se traduzem numa melhoria efetiva do bem-estar dos arrudenses, sem comprometer a gestão municipal futura. Assim, votamos A FAVOR, porque as famílias e empresas do concelho serão beneficiadas com estas medidas e porque valorizamos todas as iniciativas que aliviem a carga fiscal dos munícipes. Fazemo-lo, no entanto, deixando claro que continuaremos atentos à execução deste pacote fiscal, ao impacto real da redução de receita e à necessidade de garantir que o crescimento do orçamento municipal é acompanhado por gestão responsável, transparente e financeira e socialmente sustentável.” -----

Declaração de voto do Partido Socialista -----

- - “Já vem sendo hábito, nos últimos anos, virmos aqui referir que este é o pacote fiscal mais favorável às famílias e empresas do concelho, provavelmente já ninguém se recorda, mas em dois mil e treze, tínhamos as taxas mais elevadas que a lei permite na participação da Câmara no IRS, a taxa mais elevada no IMI e a Derrama mais elevada do que à data de hoje. -----
 - - Para dois mil e vinte e seis, vamos continuar esta tendência que vem desde dois mil e catorze, ou seja, reduzir dentro dos limites consagrados por lei, os impostos pagos pelos arrudenses e desta forma permitir que as famílias e empresas tenham um desafogo financeiro e que o mesmo possa ser colocado à disposição da economia local. -----
 - - Assim, iremos em termos de IMI reduzir a taxa para zero vírgula trezentos e sessenta por cento para os prédios urbanos, mas continuaremos a apoiar as famílias com dependentes a cargo e manter a

redução de trinta euros para agregados familiares com um dependente a cargo, setenta euros para dois dependentes e cento e quarenta euros para agregados com três ou mais dependentes a cargo, referir que se tivéssemos o imposto no máximo, ou seja, zero vírgula quarenta e cinco por cento, teríamos uma receita de mais de quatrocentos e oitenta e cinco mil euros, mantemos ainda o agravamento fiscal mediante a majoração de trinta por cento para os prédios degradados situados dentro das áreas de reabilitação urbana. -----

- - Em termos de IRS propomos uma redução da taxa de comparticipação para três vírgula sessenta e cinco por cento, o que se traduz numa quebra de receita para o município na ordem de trezentos e sessenta e cinco mil euros, se aplicássemos a taxa máxima permitida que é de cinco por cento, mas estão seguros que esta verba aliviará os orçamentos das famílias arrudenses. Convém reforçar que cinco por cento era o valor cobrado em dois mil e treze e que esta inversão tem sido uma constante desde de dois mil e catorze. -----

- - Ao nível da Derrama, irá se manter a isenção da taxa de derrama para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior, não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, refira-se que, em dois mil e dezanove, antes da pandemia, a taxa era de um por cento. Estima-se aqui uma perda de receitas para o município na ordem dos duzentos e oitenta mil euros, mas manteremos também isenção da derrama por três anos para as empresas que se estabeleçam no concelho e que criem e mantenham, pelo menos três postos de trabalho, para as empresas cujo volume de negócios seja superior a cento e cinquenta mil euros, reduzimos a taxa de um vírgula cinco por cento para um vírgula quatro. -----

- - A taxa municipal de direitos de passagem o executivo propõe a isenção dessa cobrança à semelhança do que se tem registado nos últimos anos. -----

- - Em suma, o pacote fiscal a vigorar em dois mil e vinte e seis, aprovado hoje, abdica por opção política e estratégica de cerca de um milhão duzentos mil e dezoito euros de receita potencial comparativamente e se tivessem sido aplicadas as taxas mais elevadas previstas na lei. É dinheiro que é investido na economia local em benefício do aumento do rendimento disponível das famílias e empresas de Arruda, por tudo isso voltamos a dizer que este será o pacote fiscal mais amigo de sempre das famílias e empresas e um dos mais competitivos no quadro da região onde nos inserimos."

PONTO N.º 4 - MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS PARA 2026 -----

- - Presente proposta da Vereadora Carla Munhoz, datada de 25 de novembro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR DANIEL GONÇALVES

- - Sobre as quinze contratações previstas e apresentadas, questionou se é possível saber quais são as necessidades concretas para cada posto de trabalho? Quais os serviços que se encontram subdimensionados? Quais é que são as justificações técnicas para a criação destes postos?-----

- - Sobre a criação de postos de técnicos superiores para funções no setor cultural e de turismo, gostaria de demonstrar alguma preocupação com a criação destes novos postos de trabalho técnico superior para funções que, segundo as descrições funcionais dos mesmos, parecem ter um caráter predominantemente administrativo e por isso, acham que a função deveria ser desempenhada por um assistente técnico, evitando assim um desajustamento das carreiras, um aumento desnecessário de encargos salariais e evitar o risco de criar estruturas sociais sem correspondência com as necessidades técnicas. -----

- - Gostaria também de perceber se foram analisadas possibilidades de mobilidade interna, se foi efetuado o exercício da organização e requalificação dos recursos existentes e se já existem trabalhadores no município que poderiam desempenhar algumas das funções propostas, nos referidos quinze postos de trabalho. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Em relação ao estudo de reorganização e requalificação dos recursos existente, referiu que esse estudo foi feito e, sempre que isso é possível, é o caminho a seguir. -----

- - Relativamente às necessidades que estão identificadas, são as mais prioritárias, porque na realidade existem necessidades muito maiores, tendo dado o exemplo da necessidade de um engenheiro civil que, se existisse ontem já era tarde, entre tantos outros serviços que necessitam de pessoal.-----

- - Estes serviços que mencionou, essencialmente, são para colaboradores que irão reforçar aquilo que é necessário em termos de respostas do Centro de Operações Municipais, nomeadamente em termos de limpeza e higiene urbana, limpeza de edifícios, pintores, ou seja, áreas que estão relacionadas mais com o estaleiro. -----

- - Em termos culturais também há a questão das necessidades na biblioteca, para não falar na questão nas áreas da Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida que também está desfalcada. --

- - Há uma necessidade emergente em alguns setores que estão identificados e que passam pelo setor da Educação, do setor cultural e do turismo, e essas necessidades são devido a pessoas que vão em mobilidade e outras são reformadas, ou seja, há um conjunto de lugares vagos que vão ficando por preencher e que é necessário obviar essas necessidades, porque muitas delas são de gestão corrente. -----

- - No serviço municipal de proteção civil é necessário um engenheiro florestal, porque com a questão das notificações, que cada vez são mais importantes, para a questão das limpezas dos terrenos e todas essas questões que estão na ordem do dia e que para este executivo são prioritárias.-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Extraordinária de 2 de dezembro de 2025

- - No fundo, este mapa é a consequência daquilo que são as metas que foram preconizadas para as Grandes Opções do Plano e aquilo que é o reforço do ponto de vista, não só financeiro, mas também do ponto de vista dos recursos humanos para um concelho que está a crescer e que precisa de se modernizar.-----

- - Estas dinâmicas, em termos de recursos humanos, nem sempre são onerosas do ponto de vista orçamental, por vezes são simplesmente trocas de serviços ou colmatar necessidades porque as pessoas saíram e têm que ser substituídas.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter a proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos para 2026, à Assembleia Municipal, para aprovação.-----

Declaração de voto - Juntos por Arruda-----

- - "Votamos A FAVOR do Mapa de Pessoal 2026, reconhecendo a sua importância para o funcionamento dos serviços municipais.-----

- - Fazemo-lo, porém, deixando clara a nossa preocupação com o volume de contratações previstas e a ausência de fundamentação técnica detalhada. Continuaremos a acompanhar com rigor:-----

- - a necessidade efetiva de cada posto criado,-----

- - a utilização dos mecanismos de requalificação interna,-----

- - a correspondência entre carreira e funções,-----

- - e a sustentabilidade financeira futura do aumento de efetivos.-----

- - Defendemos uma gestão responsável dos recursos humanos, assente na eficiência, racionalidade, transparência e respeito pelo interesse público."-----

PONTO N.º 5 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE ARRANHÓ-----

- - Presente proposta do Presidente, datada de 25 de novembro.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - O Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto.-----

- - Foi deliberado, por com três abstenções dos Vereadores do Juntos por Arruda:-----

- - a) Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Arranhó, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta;-----

- - b) E submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.-----

PONTO N.º 6 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE ARRUDA DOS VINHOS-----

- - Presente proposta do Presidente, datada de 25 de novembro.-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Extraordinária de 2 de dezembro de 2025

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - O Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto.
- - Foi deliberado, por com três abstenções dos Vereadores do Juntos por Arruda:
- - a) Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Arruda dos Vinhos, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta;
- - b) E submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.

PONTO N.º 7 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE CARDOSAS

- - Presente proposta do Presidente, datada de 25 de novembro

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - O Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto.
- - Foi deliberado, por com três abstenções dos Vereadores do Juntos por Arruda:
- - a) Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Cardosas, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta;
- - b) E submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.

PONTO N.º 8 - APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

- - Presente proposta do Presidente, datada de 25 de novembro.

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - O Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto.
- - Foi deliberado, por com três abstenções dos Vereadores do Juntos por Arruda:
- - a) Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de S. Tiago dos Velhos, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta;
- - b) E submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.

Declaração de voto - Juntos por Arruda - para os pontos cinco, seis, sete e oito

- - "O Juntos por Arruda abstêm-se na votação dos contratos de delegação de competências pois a nossa posição é clara:
- - Queremos mais competências para as Juntas, mas queremos também os meios necessários para as exercer.

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Extraordinária de 2 de dezembro de 2025

- - O contrato apresentado transfere responsabilidades, mas não transfere os recursos suficientes. Este ano vemos inclusive algumas Juntas em Arruda com menos um trabalhador para executar tarefas que têm aumentado de complexidade e dimensão, da limpeza urbana à manutenção de infraestruturas, passando pelos espaços verdes e apoio aos equipamentos educativos. -----
- - Não aceitamos uma descentralização "em teoria", sem que existam condições reais para que as freguesias possam fazer melhor e mais próximo dos cidadãos. Por isso, entendemos que este contrato fica aquém do que defendemos para o concelho.-----
- - Por isto, optamos pela abstenção, deixando claro que continuaremos a lutar por: -----
- - Mais competências para as Juntas -----
- - Mais financiamento -----
- - Mais recursos humanos -----
- - Uma descentralização que funcione de facto." -----

PONTO N.º 9 - ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS DE ARRUDA DOS VINHOS, COM BASE NO IPC – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR -----

- - Presente proposta do Presidente, datada de 25 de novembro -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto.-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, em sede de orçamento para o ano seguinte, nos termos do número 1 do Artigo 50.º do Regulamento de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos, da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a atualização da Tabela de Taxas Municipais de Arruda dos Vinhos, com base no IPC – Índice de Preços ao Consumidor.-----

Deliberações / Minutas -----

- - Nos termos do disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara, por unanimidade, e em votação nominal, aprovou em minuta todas as deliberações integradas na Ordem do Dia a qual foi assinada por quem a presidiu e secretariou.

Encerramento -----

- - E não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro. -----

Carla Namun / Jorge Alves
Isabel Alves Marques